

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.385 - SP (2019/0271542-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **BRADERCO SEGUROS S/A**
ADVOGADO : **VICTOR JOSE PETRAROLI NETO - SP031464**
ADVOGADA : **ANA RITA DOS REIS PETRAROLI E OUTRO(S) - SP130291**
RECORRIDO : **AUGUSTA PEZATI DE ANDRADE**
ADVOGADOS : **HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986**
: **JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BRADERCO SEGUROS S.A. com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"APELAÇÃO SEGURO HABITACIONAL INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE AUSÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES PRELIMINARES SUSCITADAS E CERCEAMENTO DE DEFESA VERIFICADO ERROR IN PROCEDENDO ANULAÇÃO DA SENTENÇA QUE É MEDIDA DE RIGOR DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, para se anular a sentença, com determinação" (e-STJ fl. 438).

No recurso especial, alega-se violação dos artigos 333, 370, § único, do Código de Processo Civil de 2015, 12, 14 do Código de Defesa do Consumidor e 757 do Código Civil. Sustenta-se, em síntese, a não ocorrência de cerceamento de defesa, ausência de previsão contratual para dano decorrente de vício de construção, inaplicabilidade do CDC e que o ônus da prova é do autor.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Compulsando os autos verifica-se que os artigos 333 do Código de Processo Civil de 2015, 12, 14 do Código de Defesa do Consumidor e 757 do Código Civil tidos por violados não foram debatidos pelo Tribunal de origem, sequer de modo implícito. Por esse motivo, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

No tocante à alegada violação ao artigo 370 do CPC/2015, o Tribunal de origem

reconheceu a existência de cerceamento de defesa pelos seguintes fundamentos:

"Respeitada a convicção do magistrado de primeiro grau, que julgou improcedente a demanda, por entender que a finalidade do contrato de seguro habitacional não é a de garantir a qualidade e a solidez do imóvel segurado, mas a de assegurar o crédito imobiliário, isto é, o adimplemento de mútuo tomado pelo segurado, em benefício deste e também do agente financeiro mutuante, observa-se que a lide não se limitou apenas a essa discussão, mas versou ainda sobre questões outras, notadamente, sobre o interesse da Caixa Econômica Federal na lide, sobre a incompetência da Justiça Estadual para o processamento e a decisão no feito, sobre a interpretação das cláusulas contratuais do instrumento de seguro firmado pelas partes, sobre o fim social do contrato, sobre a existência ou não de abusividade nas suas disposições, segundo a legislação pertinente, sobre a ocorrência ou não de vícios construtivos no imóvel que sejam ou não riscos cobertos.

E julgada a lide antecipadamente, isso sem se abordar as questões preliminares levantadas e sem se possibilitar à autora a comprovação dos seus argumentos e dos fatos por ela narrados, bem é de se ver houve erro no procedimento adotado e consequente cerceamento de defesa, o que impõe a cassação da respeitável decisão de mérito.

Assim é que a decisão do juízo a quo deve ser anulada, devendo os autos tornar à origem para que sejam enfrentadas as matérias preliminares arguidas e para que seja o feito instruído, dando-se o seu regular prosseguimento.

Anote-se quanto às matérias arguidas em sede de preliminares que, em contestação, arguiu-se o interesse da Caixa Econômica Federal na lide e, por conseguinte, a incompetência da Justiça Comum Estadual para apreciar o feito, tendo em vista que a pretensão deduzida compromete o Fundo de Compensação de Variações Salariais FCVS, que é público, da União. Isso recomendava a intimação da Caixa Econômica Federal para manifestação sobre o seu interesse na lide, seguindo-se da análise da competência ou incompetência suscitada e da instrução do feito, o que não se deu na hipótese em comento.

Não enfrentadas as questões preliminares e não atendidas as regras processuais em regência, o acolhimento das razões de apelação da autora, com a anulação da respeitável sentença é medida de rigor" (e-STJ fls. 439/440).

Verifica-se que a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal, pois há fundamento autônomo não atacado no especial, a saber: *"necessidade de análise das questões preliminares"*.

Assim, observa-se que a parte recorrente não infirmou especificamente os fundamentos do acórdão impugnado.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA Nº 83/STJ. INCIDÊNCIA. ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIO. FIXAÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, NOS TERMOS

Superior Tribunal de Justiça

DO ART. 33 DA LEI Nº 8.177/91 E DA CIRCULAR Nº 2.766/97 DO BANCO CENTRAL. ENTENDIMENTO EXARADO EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. SÚMULA Nº 283/STF.

1. O entendimento proferido pela instância ordinária não destoa daquele exarado por esta Corte em sede de recurso repetitivo, à luz da Súmula nº 83/STJ.

2. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido, mormente quanto à incidência de entendimento exarado em recurso repetitivo, enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 18.874/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/5/2013, DJe 23/5/2013 - grifou-se).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, em razão da ausência de arbitramento na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator